

Diálogos sobre o ensino de filosofia e sociologia no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)

*Ana Cristina Batista da Motta**
*Ludmila Fernandes de Freitas***

Apresentação

A filosofia e a sociologia como disciplinas escolares da educação básica são marcadas por trajetórias parecidas, porém cada qual com sua especificidade. Os debates sobre a reinserção dessas disciplinas no ensino médio constam de meados dos anos 1980. O primeiro projeto de lei em que se discute a obrigatoriedade dessas disciplinas no currículo escolar da educação básica em nível federal, contudo, surge apenas em 1997. De autoria do deputado padre Roque Zimmerman (PL nº 3.178/1997), o projeto foi vetado em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que alegou, dentre outros motivos, a falta de profissionais e cursos de licenciatura em filosofia e sociologia, bem como a oneração dos cofres públicos com a criação de novos cargos de professores. Apesar do veto, o projeto promoveu um amplo debate sobre a necessidade dessas disciplinas na formação básica.¹

As discussões em torno dessa temática motivaram a tramitação de um segundo projeto de lei no ano de 2003, de autoria do deputado Ribamar Alves (PL nº 1.641/2003). Dessa vez, a proposta logrou êxito e a iniciativa resultou na aprovação da Lei nº 11.684, de

2 de junho de 2008, que alterou o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e passou a estabelecer que fossem “incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio” (Brasil, 2008). Deu-se início, então, a um grande período de democratização do acesso ao ensino dessas disciplinas com a criação de novos cursos de licenciatura e contratação de professores de filosofia e sociologia para a atuação nos três anos do ensino médio em todos os colégios públicos e privados do país. Em 2017, entretanto, o mesmo artigo foi novamente alterado, por meio da aprovação do Novo Ensino Médio, mas os conteúdos dessas disciplinas continuaram vigorando como obrigatórios nos currículos, por meio do ensino de *ciências humanas e suas tecnologias*. Esse cenário de debates e intermitências sobre o ensino de filosofia e sociologia na educação básica alterou a forma como essas áreas de conhecimento passaram a ser acessadas. Desde então, muito se tem discutido sobre a importância de se ensinar filosofia e sociologia para os alunos do ensino médio.

Embora possua as particularidades próprias de um ensino militar, o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) encontra-se entre os colégios que

* Licenciada em filosofia pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro. Leciona filosofia em colégios da rede pública de ensino desde 2013 e atua como docente de sociologia no CMRJ desde 2018. E-mail: anacris_mott@yahoo.com.br

** Doutora em ciências humanas – antropologia cultural pela UFRJ. Leciona sociologia em colégios da rede pública de ensino desde 2013 e atua como docente de sociologia no CMRJ desde 2018. E-mail: profa.ludmilafreitas@gmail.com

atendem às determinações para a educação básica e que estabelecem o ensino obrigatório de filosofia e sociologia no ensino médio.

Nesta entrevista, trazemos o relato do coronel da reserva pertencente ao magistério do Exército Renato de Carvalho, atual professor de geografia do sétimo ano do CMRJ. O professor Renato, como prefere ser chamado, prestou relevante colaboração no ensino de sociologia e filosofia no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), tendo lecionado a disciplina de Iniciação à Filosofia e Sociologia (IFS) no Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), de 1996 a 2001, e no CMRJ nos anos de 2002 e 2003. A entrevista realizou-se na sala de convivência da Divisão de Ensino do CMRJ no dia 8 de agosto de 2023 por nós, professoras e coordenadoras das disciplinas de filosofia e sociologia do CMRJ. Ansiamos que esta primeira entrevista contribua para refazer a trajetória do ensino dessas disciplinas no SCMB, bem como fomente o interesse pelo tema da filosofia e sociologia escolar como objeto de pesquisa nos colégios militares.

Ana e Ludmila: Gostaríamos que nos apresentasse um pouco da sua trajetória como professor.

Professor Renato: Até os anos de 1980, 1990, praticamente, você tinha um magistério militar. Eram militares da ativa que passavam a integrar o Magistério do Exército (ME). Os QCO's² começaram a chegar nas unidades na década de 1990. O militar formado na academia, depois de chegar a oficial superior, podia optar pelo magistério militar. Você tinha a sua arma de origem (eu era de infantaria) e podia optar pelo magistério militar,

mediante concurso dentro do Exército para o magistério da disciplina. Com 13 anos, entrei como aluno interno no Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH). Eu tinha professores civis e militares, sendo que esses militares eram oficiais superiores que optaram pelo magistério.

No ano de 1994, vieram os concursos para os colégios militares recém-criados. Oficiais superiores puderam optar por ser do magistério militar em razão da abertura de concurso para o Colégio Militar de Juiz de Fora, Colégio Militar de Santa Maria e Colégio Militar de Campo Grande. O concurso não exigia licenciatura. Até então, fazia-se uma prova de conhecimentos sobre a disciplina. Escolhi Iniciação à Filosofia e Sociologia (IFS). Eu fiz o concurso em 1994 para começar em 1995, então eu acho que já tinha alguma diretriz sobre a obrigatoriedade do ensino de IFS. Acredito que, na década de 1990, passaram a exigir licenciatura na área para os novos professores.

Ana e Ludmila: O senhor se lembra de quando começou a lecionar IFS?

Professor Renato: Fiz o concurso em 1994 para começar a lecionar em 1995. Na época do estudo do então ginásio, tinha Organização Social e Política do Brasil (OSPB)³. A disciplina foi retirada, não oficialmente, em face da redemocratização. Acredito que a IFS surgiu no currículo para continuar trabalhando a parte de civismo, de ética, das virtudes ligadas à disciplina, para adequar aos parâmetros da instituição e também às normas nacionais. Surgiu com a carga horária de um tempo semanal para o ensino fundamental e para o ensino médio. No ensino fundamental, era prevista para o 8º ano e, no

médio, para o 3º ano. Não me recordo bem, mas acho que para o 2º e 3º ano do ensino médio. A Regiane, professora de filosofia na época, uma civil formada na área, dava aula para o 2º ano e eu para o 3º ano.

Os novos colégios militares começaram apenas com o 5º e o 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. Só no terceiro ano de funcionamento veio o 8º ano. Então, eu fiz o concurso em 1994, mas, como não tinha turma de 8º ano, só em 1997 comecei a trabalhar a disciplina de filosofia efetivamente. Até lá, recebi a missão de lecionar história do Brasil para o 6º ano.

Ana e Ludmila: Como o senhor avalia esse período de transição do qual participou?

Professor Renato: Para mim, a maior transição foi caracterizada pela inovação nos alunos, nos discentes, que eram jovens, garotos. Essa foi a transição mais marcante: ter que ensinar, trabalhar com adolescentes e pré-adolescentes. Em termos de sala de aula, a transição foi marcada pela mudança didática. Você sai de uma didática militar – eu trabalhava como instrutor há quatro anos em escola militar – para uma didática diferente. O ensino pra mim não foi novidade, mas o tipo de ensino sim. O mais marcante foram os discentes. Eu dava aula para alunos de curso de formação de sargentos, e as práticas didáticas tiveram que ser adequadas ao novo tipo de ensino, que foram inovadoras para mim.

Ana e Ludmila: Muitos apontam que filosofia e sociologia têm um papel relevante no ensino, sobretudo no ensino médio, para a formação cidadã. Qual a sua opinião a esse respeito?

Professor Renato: O conceito de cidadania, de deveres e direitos do cidadão precisam ser trabalhados de forma contínua. Trabalhados e ajustados à atualidade, à sociedade atual. Os conceitos são essenciais e não mudam na minha opinião, mas precisam ser ajustados, especialmente com essa sociedade de agora, com muita velocidade de informações, toda ela inteligente. O conceito precisa acompanhar a realidade do jovem. Agora, como os conceitos de valores e de ética são básicos e essenciais, a permanência e a necessidade de se manter informado e estudar é muito grande. A velocidade com que as informações que vêm de fora chega à cabeça dos jovens é muito grande, é muito rápida. Se você não tiver o que é essencial, que é trabalhar esses conceitos com os jovens, eles vão se basear no empirismo, que é o que eles conhecem.

Em Minas Gerais, a base conceitual que nós estudávamos na área da filosofia era ética, liberdade, virtudes, valores positivos, valores negativos, hábitos. Era o foco tanto pelo SCMB como pelo que os planos de disciplinas (PLADIS)⁴ pediam. Na parte de sociologia, tratava de assuntos sobre política, civismo, formação política do país. Fora isso, trabalhávamos os conceitos em linhas gerais.

Ana e Ludmila: Como eram os materiais utilizados na época em que o senhor lecionou essas disciplinas?

Professor Renato: Os alunos não tinham livros. Tínhamos que usar apostilas, materiais, notas de aula. Os autores eram Weber, Durkheim... e falávamos de Marx também. Na filosofia, falávamos de Sócrates, Platão, Aristóteles, Hobbes... especialmente para o 3º ano, que estava se preparando para o vestibular.

Ana e Ludmila: Muitos alunos questionam-se, nas primeiras aulas, sobre por que estudar filosofia e sociologia no ensino médio. Como o senhor responderia a esse questionamento? Ele já se fazia presente na época em que o senhor lecionava essas disciplinas? O que os alunos interrogavam?

Professor Renato: Era o aspecto mais curioso. Eu já esperava esse tipo de colocação dos meus alunos na época. Inicialmente, eu era muito teórico, mas, com o tempo, adquiri a prática de dar aulas circulando – o método peripatético – para mostrar que há práticas que a gente vai adotando, baseadas na vida: gentilezas, como dar lugar aos mais velhos no trem, não usar meios ilícitos na prova, que tudo isso é uma questão de ética... Eu pegava assuntos que estavam no dia a dia, no cotidiano e tentava encaixar com o que estávamos estudando. Depois, tinha a parte da sociologia, sobretudo quando se falava da organização política do Brasil, dos regimes que havia. Então, eu fazia um gancho com a história, por exemplo, quais os reflexos que as decisões políticas de um determinado regime têm pra nós, para a população... Enfim, eu pegava o cotidiano e fazia um *link* com o que estávamos estudando.

O 8º ano não questionava muito, mas, no 3º ano, os alunos questionavam bastante. O regime do colégio militar é muito competitivo. Então, se não tem grau, eles reclamam da disciplina. O questionamento não era tanto pelo sentido da disciplina, mas porque não contava grau e eles queriam estudar para outro conteúdo. O questionamento era em função disso, embora, no final dos anos 1990, já começassem a aparecer o conteúdo da disciplina no vestibular de algumas universidades, como em Minas Gerais e Goiás.

Ana e Ludmila: Segundo a sua opinião, para que servem a filosofia e a sociologia?

Professor Renato: Óbvio, não é!? Para formar a consciência do cidadão. Para cada um conhecer os seus direitos e seus deveres não somente pelo falar, mas para mostrar as razões pelas quais você se ajusta na sociedade, na convivência, nos relacionamentos...

Ana e Ludmila: O que o levou e o motivou a trabalhar com o ensino dessas disciplinas naquela época?

Professor Renato: Na verdade, a razão principal é que eu queria me manter no ensino e já estava no meu último ano de prorrogação como instrutor. Depois desse último ano, eu teria que voltar para a tropa e, então, abriu essa oportunidade de ir para o colégio militar. Como eu não tinha formação, graduação em ciências sociais, o que a docência dessa disciplina não exigia, foi a que escolhi, tendo que papirar, estudar para passar na prova de admissão ao magistério. Foi em razão disso que eu escolhi IFS, com muita dificuldade, porque era apenas uma vaga no CMRJ.

Tem uma coisa que eu tenho pensado bastante. Depois da pandemia, surgiu o novo real: o que é discriminação, o que é *bullying*, o que é segregação... Para mim, todas essas ideias, para serem entendidas, concebidas, trabalhadas, se não houver uma base mínima do que são os conceitos morais, os conceitos éticos, as virtudes, bem sedimentados, você vai seguir pelo lugar comum, pelo dia a dia, pelo que estão falando por aí, especialmente as mídias, as redes sociais. Além disso, a participação da família na educação não está tão atuante. A gente ainda tem que preencher esse espaço nas escolas. Então,

os assuntos dessas disciplinas são cada vez mais necessários. Entre outros motivos, a escola tem que preencher com educação o espaço dos valores que a família tem deixado de lado, quando não discute o novo moderno, as novas formas de relação, de família...

Ana e Ludmila: Por quanto tempo o senhor lecionou a disciplina de IFS?

Professor Renato: Eu trabalhei no CMJF de 1996 – quando se formou a primeira turma do 8º ano – até 2001. Depois, eu passei a ser chefe da Seção de Ensino “D” (história, geografia, sociologia e filosofia). As ciências sociais eram a seção “D”. No CMRJ, eu trabalhei a disciplina de IFS nos anos de 2002 e 2003.

Ana e Ludmila: De que forma a presença da filosofia e da sociologia como componentes curriculares pode colaborar para o ensino das demais disciplinas de ciências humanas, como história e geografia, no ensino médio?

Professor Renato: Primeiro ponto: além de mostrar os conceitos básicos de cidadania (inclusive os direitos e deveres de cada um), isso é algo que tem que ser permanente. Só que me parece que as pessoas ligadas à educação entendem que é algo estanque, só no ensino médio. Eu acho que esses conceitos estão na formação do cidadão desde o jovem, do garoto, do pré-adolescente até a vida adulta. Tem que começar a trabalhar essas ideias antes e ter permanência. Se você não tem uma carga horária, um tempo disponível para essas disciplinas, tem que integrar esses conhecimentos às outras disciplinas com atividades interdisciplinares. Hoje existem

atividades avaliativas não apenas por notas, mas atividades externas e trabalhos em que as disciplinas poderiam estar juntas.

Ana e Ludmila: Como o senhor vê o lugar do ensino da filosofia e sociologia no CMRJ atualmente frente às mudanças trazidas pela Base Nacional Comum Curricular?

Professor Renato: Eu, como professor em sala de aula, passo grande parte dos meus tempos de aula tratando com os alunos de aspectos educacionais. Atualmente, sou professor de geografia do 7º ano. O que eu chamo de aspectos educacionais são as atitudes e comportamentos deles, seja de parte individual ou de relacionamento social, como, por exemplo estar brincando, chamando a atenção com brincadeiras, com conversas, com desavenças comuns, com respeito ao espaço. Por exemplo, tem gente que esparrama o material para todo lado e atrapalha o colega a estabelecer a atenção às aulas. Enfim, esses tipos de comportamentos atuais: o tipo de educação, de respeito, de entender até onde vai a liberdade de determinados comportamentos sem interferir na liberdade do colega. Penso que essas disciplinas (filosofia e sociologia) seriam uma forma de trabalhar, somar, de conscientizar o convívio social dentro da escola e que interfere no aprendizado. O conteúdo dessas disciplinas pode ajudar na formação cidadã desses alunos.

Ana e Ludmila: Para finalizar, qual deve ser o objetivo central de um professor de ciências humanas?

Professor Renato: Para mim, é o que eu não faço, porque tenho dificuldade pela minha idade: entender, compreender, aceitar a sociedade atual, os valores atuais. Se o professor tiver isso, vai ser uma pessoa feliz, porque ele vai conviver, vai se relacionar, vai se intergrar, vai interagir com o educando sem desgastes. A gente chega em casa às vezes aborrecido,

lembrando coisas que aconteceram em sala de aula, no colégio. Não deveríamos. Se um professor entender a parte humana, relacionamentos, se ele absorver isso, terá mais facilidade e prazer no ensino e vai ser feliz na atividade docente, mas ninguém ensina isso na universidade.

Referências

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. "As lutas pela presença da sociologia no Ensino Médio do Rio de Janeiro em três momentos: retorno, oferta e permanência." In **Cadernos da Associação Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 2, nº 2, p. 31-50, jul/dez 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Padre Roque Zimmemann. **Projeto de Lei 3.178/1997**. Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Ribamar Alves. **Projeto de Lei 1.641/2003**. Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.684**, 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2003

Notas

¹ Sobre as intermitências do ensino de filosofia e sociologia na educação básica e os projetos de leis citados neste artigo, ver Azevedo (2018).

² O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) foi criado em 2 de outubro de 1989, pela Lei 7.831, e é composto por oficiais com curso superior, realizado em universidades civis, em diferentes áreas do conhecimento e especializações técnicas necessárias ao Exército.

³ As disciplinas de educação moral e cívica (EMC) e organização social e política do Brasil (OSPB) fizeram parte da grade curricular do ensino básico de 1969 a 1993.

⁴ Os PLADIS são documentos que apresentam o conteúdo programático das disciplinas do curso, os objetivos particulares de cada disciplina, as unidades didáticas, os assuntos, os objetivos específicos de cada assunto, o número de sessões (hora/aula) que serão destinados a cada assunto, as instruções metodológicas (sugestões de recursos didáticos que podem ou devam ser utilizados na instrução), a referência bibliográfica base e o tipo de avaliação de cada disciplina.